



CLIPPING



15 de
JULHO
2022

REPÓRTER

70

> JUSTIÇA VERANISTAS

O projeto “Verão com Justiça e Cidadania”, da Coordenadoria dos Juizados Especiais, vai atender os veranistas que estiverem no município de Salinópolis neste fim de semana. O local escolhido para o atendimento foi a saída do atalho da praia do Atalaia. No ônibus do Poder Judiciário será possível ter acesso a serviços como emissão de cédula de identidade e orientações sobre combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. O atendimento será das 9h às 16h.

> JUSTIÇA MEMÓRIA

Já foi instalada a comissão que ficará encarregada pela criação do Centro de Memória da Justiça Federal do Pará, cuja missão será de guarda, conservação e exposição de acervo de documentos, fotografias, publicações e objetos relacionados às atividades da Corte que começou a funcionar há 50 anos no Estado. O primeiro endereço da Justiça Federal no Pará foi o Palácio “Antônio Lemos”, que, à época, abrigava também a Prefeitura de Belém, a Câmara Municipal e a Justiça Comum Estadual.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Praia do Atalaia receberá serviços de cidadania

DA REDAÇÃO

Neste fim de semana, no sábado e domingo (16 e 17 de julho), a Praia do Atalaia, em Salinópolis, no nordeste do Estado, receberá a ação "Verão com Justiça e Cidadania", promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), na qual serão disponibilizados procedimentos jurisdicionais, emissão de documentos, além de atividades recreativas e orientações relacionado ao combate ao abuso sexual. A programação será das 9h às 16h e se concentrará na saída do atalho do balneário.

Uma unidade móvel do Judiciário atenderá os veranistas no balneário. Entre os serviços ofertados, estarão procedimentos criminais, como atendimentos judiciais e acordos penais. Fazem parte da ação o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública do Estado.

Além dos serviços jurídicos, o Tribunal Regional

Eleitoral do Pará (TRE) fará orientação para eleitores sobre o pleito de 2022.

Também haverá emissão de RG, atividades recreativas e esportivas para crianças e adolescentes, acolhimento psicossocial, além de atividades de prevenção e orientação sobre o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, por meio de atividades pedagógicas.

As ações serão realizadas em todos os finais de semana de julho nas praias mais frequentadas do estado, sendo elas: Mosqueiro, Outeiro e Salinas.

Nos próximos dias 23 e 24 de julho o projeto estará novamente no Atalaia. Já nos dias 30 e 31 de julho, o mutirão será na praia Grande, na Ilha de Outeiro. Os atendimentos serão feitos sempre das 9h às 16h. *(Gabriel Pires, estagiário, sob a supervisão do coordenador do Núcleo de Atualidades, João Thiago Dias)*

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Vicente Cuimar, 81 anos, teria abusado sexualmente de dez crianças

EM MOJU

Quilombolas querem manter idoso na cadeia

ANA LAURA CARVALHO
DA REDAÇÃO

Quilombolas da comunidade São Manoel, no município de Moju, nordeste paraense, realizaram na quarta-feira (13) uma manifestação em frente à delegacia de Polícia Civil da cidade. Eles pediam justiça para o caso de dez crianças que teriam sido vítimas de abuso sexual.

Segundo as lideranças comunitárias, os crimes teriam sido cometidos por um idoso identificado como Vicente Cuimar, de 81 anos.

Ainda de acordo com informações repassadas pelos quilombolas, a maioria dos crimes possivelmente ocorreu na casa do suspeito. A denúncia teria sido feita na terça-feira (12), na delegacia do município. As crianças foram submetidas a exame de corpo delito e receberam atendimento no Conselho Tutelar, enquanto o suspeito foi preso pela polícia na noite de terça-feira.

A comunidade quilombola teria recebido a informação de que o idoso poderia ser solto a qualquer momento, o que deu início à manifestação. A reportagem entrou em contato com a Polícia Civil do Pará. Por nota, a PC disse “que o suspeito foi conduzido à delegacia de Moju, onde foi interrogado” e que “as equipes da PC realizaram escutas especializadas e coletaram depoimentos de testemunhas para complementar o inquérito”. A Polícia Civil garantiu que “o homem segue detido, à disposição do Poder Judiciário”.

O líder comunitário Francisco Martins relatou que o caso mais recente foi de uma menina de 11 anos. Ela denunciou a situação a uma professora. “E daí desencadeou a descoberta de todos os outros casos”, disse Francisco. De acordo com o líder comunitário, após a prisão do suspeito e a realização do protesto, mais cinco casos foram denunciados à polícia, totalizando dez vítimas.

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RC REPÓRTER
CARAJÁS****EXPOAMA (I)
MP EXPEDE RECOMENDAÇÃO
A CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Na última terça-feira (12), o Ministério Público do Estado do Pará, por meio da promotora de Justiça Alexssandra Mardegan, divulgou que expediu uma recomendação para a adoção de medidas para proteção de crianças e adolescentes durante o evento, que contará com shows artísticos. "A recomendação visa fiscalizar o acesso de crianças e adolescentes desacompanhados nos shows e a venda de substâncias que causem dependência", afirma o Ministério Público.

**EXPOAMA (II)
ACOMPANHADOS DE PAIS OU RESPONSÁVEIS**

De acordo com a Portaria do Juízo da Infância e Juventude de Marabá, a entrada e permanência de crianças e adolescentes em espetáculos públicos, exposições agropecuárias, só é permitida nas seguintes condições: crianças de até 12 anos de idade devem ser acompanhadas dos pais ou do responsável legal; adolescentes (acima de 12 anos de idade) devem ser acompanhados pelos pais, responsável legal ou acompanhados de pessoa maior de idade expressamente autorizada por pelos menos um dos pais ou pelo responsável; adolescentes desacompanhados (acima de 16 anos de idade), com autorização dos pais ou responsável.

**EXPOAMA (III)
CAVALGADA SERÁ NESTE DOMINGO**

No domingo (17) acontece a grande cavalgada que dará início a 34ª Exposição Agropecuária de Marabá. A cavalgada vai sair da BR-230 próximo ao aeroporto João Correa da Rocha em direção ao parque de Exposições José Francisco Diamantino. Este ano, além da mudança na data da cavalgada, que era aos sábados, também haverá mudança nos dias de feira, que acontece agora de 20 a 24 de julho. Antes da pandemia a exposição começava no sábado e terminava no domingo da outra semana.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MP expede recomendação ao município para prevenção de violência obstétrica

O Ministério Público considera que a violência obstétrica deve ser reconhecida e combatida como violência de gênero, nos termos da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e erradicar a Violência contra a Mulher

CANAÃ DOS CARAJÁS

Da Redação

A Promotora de Justiça de Canaã dos Carajás expediu recomendação à Secretaria Municipal de Saúde e à Direção do Hospital Municipal Daniel Gonçalves, solicitando medidas de prevenção à violência obstétrica. Foi estabelecido o prazo de 10 dias para que sejam enviadas informações ao Ministério Público, a respeito das providências adotadas.

Entre as orientações feitas pelo MP, estão: o cumprimento do direito a acompanhante da parturiente, de acordo com a Lei nº11.108/2015; prestação de apoio e manutenção de programas para melhorar a qualidade dos cuidados de saúde materna, com enfoque no cuidado respeitoso; a publicidade dos direitos das mulheres a uma assistência digna e respeitosa durante toda a gravidez e parto.

Além disso o MP aconselhou a promoção de ações positivas dispostas na "Declaração de prevenção e Eliminação de Abusos, Desrespeito e Maus-tratos durante o parto em instituições de saúde", publicada em 2014, que reconhece a ocorrência de violência física, verbal e maus tra-



A Promotora de Justiça de Canaã dos Carajás expediu recomendação para medidas de prevenção à violência obstétrica. Foto: Divulgação

tos durante o parto, independentemente da intencionalidade do profissional em causar dano; e ainda, que sejam adotados sistemas de responsabilização e apoio aos profissionais a fim de reprimir e prevenir a violência obstétrica.

O Ministério Público consi-

dera que a violência obstétrica deve ser reconhecida e combatida como violência de gênero, nos termos da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - "Convenção de Belém do Pará", visto que cometida em serviços de saúde espe-

cificamente contra as mulheres, em relação de vulnerabilidade e subordinação para com os profissionais de saúde, causando-lhes desrespeito à integridade física, mental e moral.

O Ministério Público também comunicou que o não atendimento, sem justificativa, da Re-

comendação importará na responsabilização e no ajuizamento das medidas judiciais cabíveis, incluindo a responsabilização dos envolvidos, visando resguardar os bens tutelados, inclusive com a propositura de apropriada Ação Civil Pública para garantia dos direitos fundamentais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Verão com Justiça: Salinas conta com serviços jurídicos e de cidadania neste final de semana

A ação será realizada nos dias 16 e 17 de julho na Praia do Atalaia, das 9h às 16h



Gabriel Pires
14.07.22 18h16



Veranistas recebem orientações jurídicas na praia (Igor Mota / O Liberal)

Neste fim de semana, no sábado e domingo (16 e 17 de julho), a Praia do Atalaia, em Salinópolis, no nordeste do Estado, receberá a ação “Verão com Justiça e Cidadania”, promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), onde serão disponibilizados procedimentos jurisdicionais, emissão de documentos, além de atividades recreativas e orientações relacionado ao combate ao abuso sexual. A programação será das 9h às 16h e se concentrará na saída do atalho do balneário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Uma unidade móvel do Judiciário atenderá os veranistas no balneário, onde terão acesso à prestação jurisdicional. Entre os serviços, serão feitos procedimentos criminais, como atendimentos judiciais e acordos penais. Também fazem parte da ação o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública do Estado.

Além dos serviços jurídicos, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE) fará orientação para eleitores sobre o pleito de 2022. Também haverá emissão de RG, atividades recreativas e esportivas para crianças e adolescentes, acolhimento psicossocial, além de atividades de prevenção e orientação sobre pautas como o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, por meio de atividades pedagógicas.

As ações serão realizadas em todos os finais de semana de julho nas praias mais frequentadas do estado, sendo elas: Mosqueiro, Outeiro e Salinas. Nos próximos dias 23 e 24 de julho o projeto estará novamente no Atalaia. Já nos dias 30 e 31 de julho, o mutirão será na praia Grande, na Ilha de Outeiro. Os atendimentos serão feitos sempre das 9h às 16h.

(Gabriel Pires, estagiário, sob a supervisão do coordenador do Núcleo de Atualidades, João Thiago Dias)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



PUBLICIDADE

25 ANOS

Ex-vereador é condenado por matar criança atropelada no PA

Mirandinha Nascimento estava preso desde o dia 10 de agosto de 2020 depois de, um dia antes, ter atropelado e matado uma criança de seis anos

quinta-feira, 14/07/2022, 23:46 - Atualizado em 14/07/2022, 23:45 - Autor: Com informações do Correio do Norte



O julgamento durou pouco mais de 13 horas; decisão saiu no final da noite desta quarta-feira (14) | Reprodução

Chegou ao fim, na noite desta quarta-feira (14), o julgamento do castanhalense José Janildo Sousa do Nascimento, o ex-vereador Mirandinha, que estava preso desde agosto de 2020 depois de, um dia antes, [ter atropelado uma criança](#), de 6 anos, no município de Igarapé-Açu, nordeste paraense.

O atropelamento aconteceu na noite de 9 de agosto, na localidade da Vila do Curi, zona rural do município. Mirandinha conduzia o carro que atropelou e matou a criança. As investigações apontavam, na época, que ele estava embriagado durante o acidente e que não teria prestado socorro.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Julgamento

Depois de 13 exaustivas horas de argumentações, a Justiça de Igarapé-Açu, por meio do juiz Cristiano Magalhães Gomes, e com um corpo de jurados composto por seis mulheres e um homem, decidiu pela condenação do ex-vereador.

Miradinha foi condenado a 25 anos de prisão. Ele, que seguia preso nos últimos meses, deverá cumprir o restante da pena em um presídio do Estado.

Na acusação atuaram os promotores Guilherme Chaves Coelho e Reginado César Lima Alves. A defesa de Miradinha foi comandada pelos advogados Jean Rodrick Iglesias do Nascimento, Antônio Araújo de Oliveira e Jurandir Júnior Valente da Cruz.

Justiça extingue processo que acusava secretário de Cultura de Santarém de improbidade administrativa

Juiz Clemilton Salomão de Oliveira, da Vara Única de Óbidos, julgou improcedente a denúncia e não vislumbrou má fé. Decisão foi publicada na quarta (13).

Por Dominique Cavaleiro, g1 Santarém e região — PA

15/07/2022 10h49 · Atualizado há 47 minutos



Luiz Alberto Pixica teve os bens desbloqueados pela justiça — Foto: Ascom Semc/Divulgação

A [Justiça julgou improcedente a ação](#) contra o secretário de Cultura de [Santarém](#), no oeste do Pará, Luís Alberto Figueira (Pixica) por improbidade administrativa. A decisão do juiz Clemilton Salomão de Oliveira, da Vara Única de Óbidos, foi publicada na quarta (13).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Luiz Alberto Pixica teria exercido advocacia durante o exercício do cargo de secretário, atuando no processo do ex-vereador Reginaldo Campos. A informação foi obtida durante colaboração premiada de Reginaldo Campos. De acordo com a decisão, não ficou comprovada a ocorrência de dolo (fraude) ou má-fé.

Ainda segundo a decisão, por ser improcedente a denúncia, o processo foi extinto e a medida liminar de indisponibilidade de bens foi revogada. Com isso, os bens de Luiz Alberto Pixica foram desbloqueados a partir da publicação da decisão.

Relembre

A pedido do Ministério Público do Estado do Pará, a Justiça decretou indisponibilidade de bens do secretário de Cultura de Santarém, no oeste do Pará, Luís Alberto Mota Figueira (Pixica), no valor de R\$100 mil.

Ação Civil Pública movida pelo MPPA no âmbito da "Perfuga", por improbidade administrativa, apontava que "Pixica" exerceu advocacia durante o exercício do cargo de secretário, atuando no processo do ex-vereador Reginaldo Campos. A informação foi obtida durante colaboração premiada de Reginaldo Campos.

Na época, além da indisponibilidade de bens, a promotoria requereu o afastamento cautelar de Pixica do cargo de secretário, mas o juiz entendeu não haver, no momento, indícios de obstrução da justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Homem com mandado de prisão por tráfico de drogas é preso em Alenquer

Policiais civis localizaram o suspeito em uma rua do bairro São Pedro. Prisão aconteceu na quinta-feira (14).

Por g1 Santarém e região — PA

15/07/2022 09h49 · Atualizado há 2 horas



Weliton foi localizado em uma rua do bairro São Pedro em Alenquer — Foto: Redes Sociais

Um homem com mandado de prisão por tráfico de drogas foi preso, nesta quinta-feira (14) pela Polícia Civil em [Alenquer](#), oeste do Pará. Com o mandado em aberto, os policiais civis localizaram o suspeito em uma rua do bairro São Pedro.

- [Compartilhe esta notícia no WhatsApp](#)
- [Compartilhe esta notícia no Telegram](#)

De acordo com a polícia, o homem, identificado como Weliton Rangel de Sousa Pantoja, foi condenado a treze anos e cinco meses, em regime fechado por

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

tráfico e associação de drogas. Weliton também já foi preso três vezes pelo mesmo crime na cidade.

Após a prisão, o homem foi levado à delegacia de Polícia Civil de Alenquer para realização dos procedimentos cabíveis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

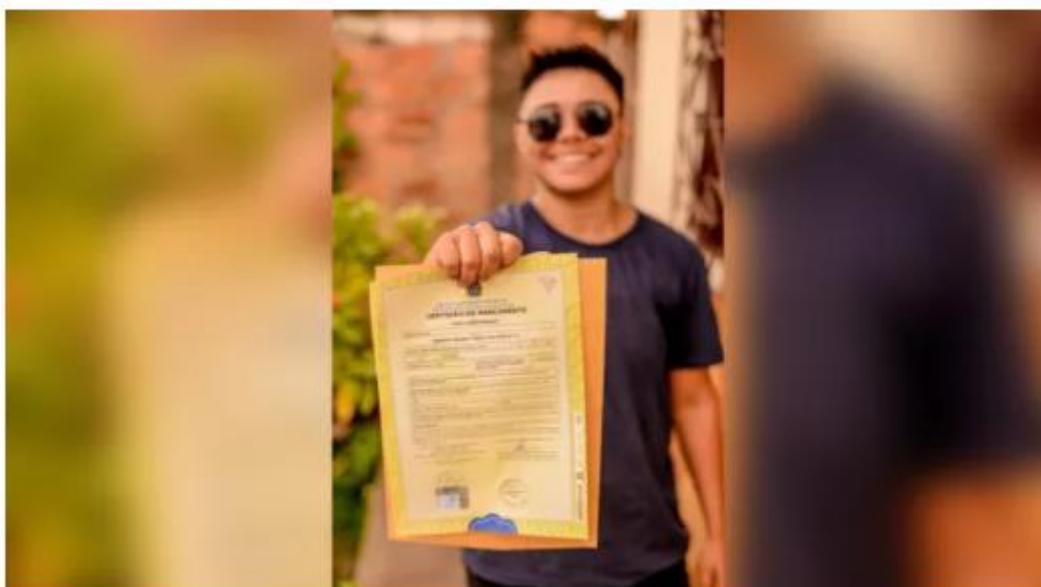
(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ministério Público lança projeto para promover o acesso de pessoas transgênero aos serviços dos cartórios de Santarém

Lançamento do projeto “Em defesa da diversidade - pelo direito de existir” acontece a partir das 14h no auditório das Promotorias de Justiça de Santarém.

Por g1 Santarém e região — PA

15/07/2022 09h43 · Atualizado há 2 horas



Entre as demandas do projeto está a 2ª via de certidão de nascimento com averbação da alteração do prenome e sexo — Foto: Arquivo pessoal

O Ministério Público do Pará (MPPA) lança nesta sexta-feira (15) em Santarém, no oeste do Pará, o projeto “Em defesa da diversidade - pelo direito de existir”. A programação acontece a partir das 14h no auditório das Promotorias de Justiça de Santarém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O objetivo do projeto é promover o acesso de pessoas transgênero aos serviços dos cartórios de registro civil de pessoas naturais para atendimento de solicitação recebida junto ao Programa “O MP e a Comunidade”.

Entre as demandas atendidas pelo projeto está e 2ª via de certidão de nascimento com averbação da alteração do prenome e sexo.

No evento será feita a entrega das Certidões de Nascimento solicitadas, com as devidas alterações, de forma que tenha sido reconhecido o direito de igualdade das pessoas trans, conforme sua identificação subjetiva de gênero.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br